

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

KALLINNE RODRIGUES DE MELO

**ESTUDO DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NO RELATÓRIO
20F DAS COMPANHIAS QUE COMPÕEM A CARTEIRA DE AÇÕES DO ÍNDICE
BRASIL (IBRX-100)**

**CAMPINA GRANDE
2017**

KALLINNE RODRIGUES DE MELO

**ESTUDO DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NO RELATÓRIO
20F DAS COMPANHIAS QUE COMPÕEM A CARTEIRA DE AÇÕES DO ÍNDICE
BRASIL (IBRX-100)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade para usuários externos.

Orientadora: Prof^a. Ma. Janayna Rodrigues de Morais Luz.

**CAMPINA GRANDE
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M528e Melo, Kallinne Rodrigues de.

Estudo das práticas de governança corporativa no relatório 20f das companhias que compõem a carteira de ações do índice Brasil (IBRX-100) [manuscrito] : / Kallinne Rodrigues de Melo. - 2017.

38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Janayna Rodrigues de Moraes Luz, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Governança corporativa . 2. Controle interno. 3. Gestão corporativa . 4. Evidenciação contábil . 5. Informação contábil .

21. ed. CDD 658.403

KALLINNE RODRIGUES DE MELO

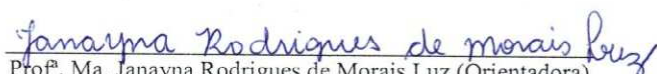
ESTUDO DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NO RELATÓRIO 20F
DAS COMPANHIAS QUE COMPÕEM A CARTEIRA DE AÇÕES DO ÍNDICE BRASIL
(IBRX-100)

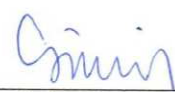
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

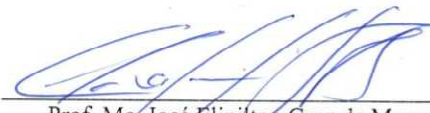
Área de concentração: Contabilidade para usuários externos.

Aprovada em: 07/12/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Ma. Janayna Rodrigues de Moraes Luz (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Ma. Vânia Vilma Nunes Teixeira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. José Elinilton Cruz de Menezes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus familiares, em especial meus pais,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me guiado durante todo tempo e me dado sabedoria.

A minha família, em especial ao meu pai Ademir Soares, à minha mãe Maria Rejane Rodrigues, às minhas irmãs Maria Kamilla Rodrigues e Katianne Rodrigues, pelo apoio e incentivo ao longo desta graduação.

À professora Janayna Rodrigues, pelas leituras e atividades sugeridas ao longo da construção desta monografia, pelo seu comprometimento e responsabilidade.

Aos professores do curso de Ciências Contábeis na UEPB pela contribuição ao conhecimento desenvolvido neste período de curso, bem como aos demais funcionários do departamento.

Aos amigos Aline Evelyn, André Horman, Douglas Andrade, Hugo Sales, Gustavo Albuquerque, Josilayne Costa, Leonardo Vidal e Wesley Freitas, pelos momentos de amizade e colaboração, amizade esta construída desde o início da graduação.

Aos amigos de longa data Aniely Régis, Déborah Fernandes, Luan Luna, Ramon Lira, Thayrine Farias e Valbene Guedes por se fazerem presentes mesmo seguindo caminhos diferentes.

A contabilidade constitui-se presentemente no principal sistema de informações das entidades e deve, em função de suas atribuições, gerar informações vitais à continuidade empresarial, divulgando o seu desempenho, utilizando-se das demonstrações contábeis, relatórios de administração, notas explicativas, pareceres dos auditores sobre a 'saúde' econômica, financeira, social e ambiental, permitindo aos parceiros sociais verificar o cumprimento dos princípios da governança corporativa. (VIEIRA, 2009, p. 17).

RESUMO

As melhores práticas de governança corporativa são relevantes para garantir a transparência, diminuir a assimetria informacional entre investidores (principal) e gestores (agente). A qualidade da informação contábil está relacionada com a disponibilidade dos relatórios contábeis que o agente realiza para o principal com o propósito de reduzir o conflito de agência. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi analisar as informações descritas no relatório 20F das companhias que compõem a carteira de ações do índice Brasil (IBrX-100), com intuito de investigar as práticas de governança corporativa. Desta forma, com um total de 62 empresas para análise verificou-se quais dessas apresentam o Relatório 20F, para isso foram realizadas buscas nos sites das empresas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) constatando um total de apenas 14 empresas emissoras do Formulário. Primeiramente a coleta de dados foi realizada por meio da análise dos itens de divulgação do relatório 20F que tratam de risco e informações relevantes das demonstrações contábeis relacionadas à governança corporativa. Quanto ao mapeamento científico nos eventos contábeis (Anpcont, Enanpad, Congresso USP) e repositório *Scientific Periodicals Electronic Library – Spell* pode-se inferir que quanto aos congressos, base de dados da coleta de produção científica, estes estudos são ainda pouco expressivos. Em relação ao repositório *Spell* a identificação em periódicos científicos foi insatisfatória quanto ao assunto relatório 20F. Das 6.989 produções científicas analisadas apenas 20 estudos trataram do relatório 20F. Com relação à evidenciação das informações os resultados mais expressivos foram: as variáveis relacionadas à atividade da empresa; ramo; fatores de riscos; honorários de auditores e serviços prestados. Item com menor descrição estava relacionada às demonstrações contábeis consolidadas. Importante destacar que parte das empresas analisadas não anexou às demonstrações contábeis no relatório 20F. No geral as companhias apresentaram nível de evidenciação clara e bem apresentada conforme a métrica de evidenciação aplicada conforme os estudos de Freitas e Strassburg (2007). No tocante aos pareceres de auditoria analisados, das 14 empresas estudadas, apenas duas, sendo elas, a Sid Nacional e a Petrobrás, apresentaram fraquezas materiais em seus controles internos.

Palavras-Chave: Governança Corporativa. Relatório 20F. Controle Interno.

ABSTRACT

The best practices of corporate governance are relevant to ensure transparency, to reduce the informational asymmetry among investors (principal) and managers (agent). The quality of accounting information is related to the availability of the accounting reports that the agent performs for the principal for the purpose of reducing agency conflict. In this sense, the aim of this study was to analyze the described in the form 20F of the companies that compose the Brazil index stock portfolio (IBrX), in order to investigate corporate governance practices. Thus, with a total of 62 companies to analyze, it was verified which of these have presented the Form 20F, for which it was searched on the websites of the companies and the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), noting a total of only 14 companies issuing the Form. Firstly, the data collection was performed through the analysis of the disclosure items of the form 20F that deal with risk and relevant information of the accounting statements related to corporate governance. As for the scientific mapping in the accounting events (Anpcont, Enanpad, USP Congress) and the repository of articles, Scientific Periodicals Electronic Library - Spell, it may be inferred that as far as the congresses and database of the collection of scientific production, these studies are still little expressive. In relation to the Spell repository, the identification in scientific journals was unsatisfactory regarding the subject matter 20F. Of the 6,989 scientific papers analyzed, only 20 studies dealt with the form 20F. Regarding the disclosure of information, the most significant results were: variables related to the company's activity; branch; risk factors; auditors' fees and services rendered. Item with lower description was related to the consolidated financial statements. It is important to highlight that part of the companies analyzed did not append to the financial statements in the form 20F. In general, the companies presented a clear and well presented level of evidence according to the metrics of evidence applied according to the studies of Freitas and Strassburg (2007). Regarding the audit opinions analyzed, of the 14 companies studied, only two, including Sid Nacional and Petrobras, showed material weaknesses in their internal controls.

Keywords: Corporate Governance. Form 20F. Internal control.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Termos utilizados para o entendimento da sistemática de governança corporativa	14
Quadro 2 –	Empresas que elaboram o Relatório 20F	18
Quadro 3 –	Estudos identificados relacionados ao Relatório 20F	23
Quadro 4 –	Pareceres de auditoria submetidos ao Relatório 20F e BM&FBOVESPA	27
Quadro 5 –	Petrobrás: Fraquezas materiais constatadas	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Métrica de classificação da evidenciação de informação.....	19
Tabela 2 – Produções científicas relacionadas ao tema de pesquisa	20
Tabela 3 – Produção científica no evento Anpcont relacionada ao tema da pesquisa	20
Tabela 4 – Produção científica no Congresso USP relacionada ao tema da pesquisa	21
Tabela 5 – Produção científica no congresso Enanpad relacionada ao tema da pesquisa	21
Tabela 6 – Produção científica repositório <i>Scientific Periodicals Electronic Library</i> – 22 <i>Spell</i>	
Tabela 7 – Formulário 20F- Parte I	24
Tabela 8 – Formulário 20F-Parte II	25
Tabela 9 – Formulário 20F-Parte III	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1	GOVERNANÇA CORPORATIVA	13
2.2	CONTROLES INTERNOS	14
2.3	ESTUDOS CORRELATOS	15
3	METODOLOGIA	17
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	17
3.2	AMOSTRA DA PESQUISA	17
3.3	COLETA DE DADOS	18
4	ANÁLISE DE RESULTADOS	19
4.1	PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA E RELATÓRIO 20F.....	19
4.2	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES NO FORMULÁRIO 20F	24
4.3	ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE	27
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
5	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, têm ocorrido mudanças importantes no mercado de capitais brasileiro. Existe uma crescente profissionalização do mercado e de seus agentes, o que representa um aumento da pressão por melhor qualidade das informações para seus usuários com intuito de melhorar a captação de recursos em mercados financeiros externos, tornando-se sujeitas às normas de outros países, supostamente mais avançada, mas trazendo benefícios para a qualidade da contabilidade. (NIYAMA e SILVA, 2013).

As melhores práticas de governança corporativa são consideradas relevantes para garantir transparência, diminuindo a assimetria da informação entre investidores e demais envolvidos. O objetivo principal é aumentar a confiabilidade, elevando assim o potencial de valorização das ações e outros ativos emitidos pelas companhias. (ERFURTH e BEZERRA, 2013).

Não obstante, o caso da falência da Enron, empresa norte americana no ramo de energia, levantou uma série de desconfianças sobre a qualidade das informações relatadas pela empresa em seus demonstrativos contábeis. Com isso, a postura de algumas companhias neste mercado foi melhorar a qualidade das informações contábeis para reduzir a queda nos preços das ações. (NIYAMA e SILVA, 2013).

No Brasil as medidas para estimular as boas práticas de governança corporativa pelas companhias foram delineadas pela bolsa de valores BM&FBOVESPA com a criação do novo mercado, a cartilha de governança corporativa elaborada pela CVM, como também o código das melhores práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Segundo Silva et. al. (2009, p. 43) “no Brasil há toda uma série de iniciativas no sentido de fortalecer a Governança Corporativa das empresas, e que as práticas propugnadas convergem para aquelas internacionalmente aceitas”.

O processo de maior transparência das organizações diante do mercado surgiu por meio da governança corporativa. As regras impostas pela governança corporativa atingiam empresas que negociavam suas ações tanto no âmbito nacional quanto internacional, impondo às organizações um modelo de gestão ligado principalmente aos controles internos em busca de qualidade das informações geradas aos investidores. (SILVEIRA, DUCA e MARIO, 2010).

Neste sentido a Lei *Sarbanes-Oxley* ressalta a relevância dos controles internos das empresas, exigindo da auditoria independente, uma opinião específica para certificar que estes cumprem as exigências da Lei. Desta forma, no Relatório 20F, o auditor é obrigado a

emitir opinião em relação à efetividade dos controles internos das organizações. (LEITE e PINHEIRO, 2015).

Com intuito de estudar as variáveis de divulgações presentes no relatório 20F, bem como as práticas de controle interno por meio da análise descritiva dos pareceres dos auditores independente surge o problema de pesquisa: Quais informações contábeis descritas no Relatório 20F identificam as práticas de governança corporativa das companhias que compõem a carteira de ações do Índice Brasil – (IBrX – 100)?

O presente estudo é composto por cinco seções. Sendo a primeira, a introdução, em que traz os pontos introdutórios da pesquisa, bem como os objetivos; a segunda com o referencial teórico: governança corporativa, controles internos e estudos correlatos; terceira seção com os procedimentos metodológicos; a quarta com a apresentação e discussão dos resultados e a quinta e última seção com as considerações finais.

Objetivo Geral

Analisar as informações contábeis descritas no Relatório 20F das práticas de governança corporativa das companhias que compõem a carteira de ações do Índice Brasil – (IBrX – 100).

Objetivos específicos

- i. Identificar produção científica sobre governança corporativa alinhada ao Relatório 20F nos principais eventos contábeis (ANPCONT, ENANPAD, CONGRESSO USP, repositório SPELL);
- ii. Analisar os itens de exigências descritos no relatório 20F, das empresas objeto de estudo, no contexto da governança corporativa quanto ao pilar da transparência por meio da análise de conteúdo;
- iii. Analisar as práticas de controles internos descritos nos pareceres de auditoria independente anexados ao Formulário 20F.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa trabalha com o processo de decisão da alta gestão além dos relacionamentos entre os principais personagens das organizações empresariais, quais sejam os executivos, os conselheiros e os acionistas. Este tema pode ser definido como o conjunto de mecanismos que objetivam fazer com que decisões corporativas sejam tomadas com a finalidade de maximizar a geração de valor de longo prazo para o negócio. (SILVEIRA, 2010).

Os mecanismos de gestão associados às regras de governança corporativa tem ganhado destaque no cenário empresarial após escândalos corporativos causados pela falência de empresas como Enron, Worldcom, Healthsouth, Global Crossing, e Adelphia que divulgaram falsas informações financeiras para atrair investidores no final dos anos 90 e início dos anos 2000. Os prejuízos para os investidores foram tamanhos que levaram a aprovação da lei *Sarbanes-Oxley*, trazendo regras mais rígidas para divulgação de informações financeiras e a obrigatoriedade de auditorias frequentes em empresas norte-americanas de capital aberto. (CICOGNA, 2007).

De acordo com Nascimento e Reginato (2008, p. 39):

Os mecanismos de governança definidos por instituições que defendem a transparência administrativa, como o IBGC (Instituto de Governança Corporativa) e outras entidades, são genericamente a existência de: conselho de administração com membros independentes, auditoria independente, mecanismos voltados ao controle da remuneração dos dirigentes e outros relacionados à proteção dos acionistas, principalmente os minoritários e outros *stakeholders*.

Como forma de valorizar suas práticas de governança e tornar-se mais atraente perante os investidores e os analistas de mercado, grande parte das empresas brasileiras com ações negociadas nos Estados Unidos enquadrou-se ou vêm se enquadrando aos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA. Essas empresas não buscam somente obter melhorias em relação à transparência, à qualidade das informações divulgadas e aos direitos dos acionistas, por meio da aderência aos níveis diferenciados, mas também para cumprir os rígidos padrões norte-americanos de governança. (KPMG).

Neste sentido os mecanismos representam controles internos e externos para redução dos custos relacionados ao conflito de agência. Alguns termos devem ser

compreendidos para o entendimento da sistemática de governação corporativa (QUADRO 1):

Quadro 1 – Termos utilizados para o entendimento da sistemática de governança corporativa

Agente	Gestores dos recursos.
Principal	Proprietários dos recursos.
<i>Stakeholders</i>	Os usuários externos: os acionistas e instituições financeiras, os fornecedores, o governo e outros.
Problemas de Conflito de Agência	Os eventos causados por informações incompletas fornecidas pelo agente ao principal ou para outros <i>stakeholders</i> por ela interessados.
Teoria de agência	É o estudo sobre a relação do principal e do agente, surgindo quando o agente se compromete a realizar certas tarefas para o principal e este se compromete a remunerá-lo.
Assimetria Informacional	Uma situação na qual uma das partes da transação não possui toda a informação necessária para analisar o que está sendo proposto e é um assunto complexo, tratado pela Teoria da Agência. A assimetria de informação também pode ocorrer quando o proprietário possui dificuldades para observar todas as ações do administrador, que podem ser diferentes das que ele mesmo teria escolhido. O administrador pode ter tomado determinadas ações por possuir preferências ou princípios diferentes ou até mesmo por má índole.
Sistema de Governança Corporativa	Uma das formas de minimizar a assimetria de informação e os problemas de agência.

Fonte: Nascimento e Reginato (2008)

A governança corporativa busca dirimir os conflitos relacionados aos principais personagens da gestão dos negócios a figura do controlador (Agente) e do proprietário (Principal).

2.2 CONTROLES INTERNOS

Os controles internos constituem um conjunto de ferramentas que proporcionam aos gestores, detectar possíveis erros e fraudes cometidos por agentes internos e/ou externos à instituição, de modo a permitir uma ação tempestiva com relação aos procedimentos de segurança quanto à continuidade da instituição. (SILVEIRA, DUCA e MARIO, 2010).

De acordo com Leite Pinheiro, 2015:

Um sistema de contabilidade que não esteja apoiado em controles internos eficientes pode gerar informações imprecisas e levar a conclusões erradas e danosas para as organizações. Assim, na busca por uma maior segurança em seus controles e maior credibilidade no mercado, as organizações procuram adotar boas práticas de governança corporativa.

Neste sentido, a Lei Sarbanes Oxley exige implantação de um bom controle interno cuja certificação será realizada de auditoria externa. Desta forma, o relatório 20F representa a informação para obtenção de dados relacionados à atuação dos controles internos de uma

entidade, principalmente nas informações descritas em seus itens: 6 - dados sobre a qualificação e experiência de diretores e conselheiros, bem como sua relação com a empresa e funcionamento dos conselhos [...]; 15- informações sobre controles e procedimentos internos, certificado do auditor independente e mudanças nos controles internos sobre demonstrações contábeis e 16 a - se as empresas possuem especialistas financeiros no Comitê de Auditoria ou do Conselho Fiscal.

2.3 ESTUDOS CORRELATOS

“O registro na SEC implica na aceitação de determinados compromissos por parte da companhia. Esse registro deve ser atualizado, de forma a constituir um sistema contínuo de informações” (GlobalRI). Dentre as informações periódicas a serem emitidas, há exigência do Relatório 20-F para empresas não norte-americanas, mas que negociam na *New York Stock Exchange (NYSE)*, a bolsa de Nova Iorque.

O relatório supracitado é composto por três partes. Na primeira, são solicitadas informações quanto aos produtos ou serviços oferecidos, qualificação dos diretores, condição financeira da empresa, visão da administração, ou seja, a princípio torna-se um espaço de apresentação da empresa. A segunda parte concentra-se nos controles internos, serviços de auditoria independente, código de ética, o que pode dar margem para se perceber o posicionamento ético ou não de uma companhia perante o mercado e a sociedade como um todo. As demonstrações contábeis são apresentadas na terceira parte somando as informações já expostas ao longo do relatório. (RELATÓRIO 20F).

Nota-se que o Relatório 20-F retrata um conjunto de informações que vão desde dados elementares como atividade fim da empresa até fatores de risco, controles internos, certificado de auditor independente e dados sobre acionistas majoritários. Neste sentido cabe destacar a relevância da Lei Sarbanes-Oxley que de acordo com Leite e Pinheiro (2015) surgiu para proteção aos acionistas das organizações de capital aberto. A lei exige um novo ambiente de governança corporativa, gerando novas responsabilidades aos administradores com o objetivo de evitar danos lesivos aos acionistas, estabelece práticas mais rígidas de governança corporativa, com o intuito de fortalecer a estrutura de controles internos e reduzir o risco de ocorrência de erros e fraudes nas organizações.

Os achados do estudo de Dias, Rodrigues e Colauto (2011) demonstram que, as informações elaboradas para o mercado norte americano, por meio do relatório 20F, são mais

detalhadas do que as informações evidenciadas no Brasil. O nível de evidenciação de informações apresentadas no Brasil em relação aos Estados Unidos é relativamente baixo. Uma possível justificativa para o baixo nível de divulgação das informações contábeis pode estar relacionado ao fato do Brasil caracteriza-se como um sistema jurídico de *Code law*, evidenciando assim apenas as informações obrigatórias e com baixo *disclosure*. Destaca também a possível redução de relevância do 20F em 2007, porque a SEC possibilitou que as empresas estrangeiras divulgassem suas demonstrações contábeis de acordo com as IFRS.

O Estudo de Silveira, Duca e Mario (2010) constatou-se ressalvas quanto à consistência dos controles internos em quatro empresas, das 32 analisadas durante dois exercícios (2007 e 2008). Os resultados indicaram que as empresas brasileiras que negociam suas ações na *NYSE*, apresentam boa aderência às normas estabelecidas pela SOX, quanto à consistência dos controles internos, dado o pequeno número de empresas que apresentaram parecer de auditoria com ressalva sobre seus controles internos. Recomenda-se por meio deste estudo, que IBGC adicione as empresas pertencentes aos novos mercados da BM&FBOVESPA, apresentar parecer de auditoria independente sobre os controles internos das companhias, buscando maior proteção dos investidores bem como maior incentivo para as empresas negociarem suas ações no mercado norte americano.

O estudo de Leite e Pinheiro (2015) afirma a importância da Lei Sarbanes-Oxley (Seções da lei 302 e 404) em relação aos controles internos, mecanismo relevante da governança corporativa, exigindo da auditoria independente, uma opinião específica para certificar que estes cumprem a exigência da lei. Assim no Relatório 20F, o auditor é obrigado a emitir uma opinião com relação à efetividade dos controles internos das organizações, pois a determinação dos procedimentos e testes de auditoria é baseada na efetividade destes controles.

Com base nos estudos apresentados, pode-se inferir que, o Relatório 20F é relevante no tocante ao processo de evidenciação das informações contábeis, alinhando-se os princípios da governança corporativa no que diz respeito a “prestar conta”, “*disclosure*”, “*compliance*” nas organizações, contribuindo assim para o fortalecimento dos controles internos, o que robustecem estudos relacionados à qualidade da informação contábil.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo configura-se quanto aos objetivos como uma pesquisa descritiva, pois “tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis” (GIL, 1999, p. 70). Para Raupp e Beuren (2009, p.92) descrever significa “identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos”. Configura-se também como documental, pois busca identificar, analisar os dados coletados por meio de *check list* dos itens descritos no formulário 20 F. Foi realizada análise documental o que para Richardson (2009, p.230) “consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionadas”.

Quanto à abordagem do problema de pesquisa vale lembrar que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”(MINAYO, 2002). Ao passo que pesquisas quantitativas caracterizam-se “pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas como coeficiente de correlação, análise de regressão etc”. (RICHARDSON et al., 1999).

Deste modo, este estudo caracteriza-se como pesquisa quali-quantitativa haja vista execução da pesquisa por um método misto – quantitativo e qualitativo – de modo a obter compreensão e explicação do tema estudado. (GIDDENS, 2012). Sendo assim, foi realizada análise qualitativa das informações contábeis apresentadas no Relatório 20F e pareceres de auditoria submetidos a CVM, das empresas compreendidas neste estudo, bem como o uso do software Microsoft Excel® para quantificação e cálculos percentuais de variáveis.

Também se procedeu com análise de conteúdo o que segundo Bardin (1977, p. 42) consiste no conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para atender o primeiro objetivo deste estudo foram identificadas produções científicas sobre governança corporativa e Relatório 20-F, nas seguintes bases de dados: Anpcont,

Enanpad, Congresso USP e repositório *SPELL*, em um corte temporal de 10 anos de produções compreendendo o período de 2006 a 2016.

3.2 AMOSTRA DA PESQUISA

Para amostra desta pesquisa realizou-se o seguinte procedimento: busca no site da BM&FBOVESPA para listar as empresas que compõem a carteira do IBrX-100 válida de maio a agosto de 2016. Das 100 Companhias, 38 foram excluídas da amostra por atuarem nos setores de Utilidade pública, Telecomunicações e Financeiro. Ao observar a carteira IBrX, tendo em vista que esta não apresenta o setor de atuação das empresas, utilizou-se o nome de pregão obtido na carteira. Em ordem alfabética foram colocados no próprio site da BM&FBOVESPA obtendo os dados da empresa referente a área de atuação.

Com um total de 62 companhias foi verificado quais dessas elaboram do Formulário 20-F, para isso realizou-se buscas nos sites das empresas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) constatando um total de apenas 14 empresas emissoras do Formulário. (Quadro 2).

Quadro 2 - Empresas que elaboram o Relatório 20F

Razão Social	Nome de pregão	Segmento
AMBEV S.A.	AMBEV SA	
BRF S.A.	BRF SA	Novo Mercado
BRASKEM S.A.	BRASKEM	Nível 1 de Governança Corporativa
COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	COSAN	Novo Mercado
CIA SIDERURGICA NACIONAL	SID NACIONAL	
EMBRAER S.A.	EMBRAER	Novo Mercado
FIBRIA CELULOSE S.A.	FIBRIA	Novo Mercado
GAFISA S.A.	GAFISA	Novo Mercado
GERDAU S.A.	GERDAU	Nível 1 de Governança Corporativa
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	GOL	Nível 2 de Governança Corporativa
CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	P.ACUCAR-CBD	Nível 1 de Governança Corporativa
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	PETROBRAS	Novo Mercado
ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	ULTRAPAR	Novo Mercado
VALE S.A.	VALE	Nível 1 de Governança Corporativa

Fonte: Empresas selecionadas para amostra do estudo, 2017.

Verificou-se a existência de companhias que estavam listadas na carteira IBrX -100 mais de uma vez, uma por suas ações ordinárias e outra por ações preferenciais, como no caso da empresa Petrobrás e da Vale. Também observou que na carteira IBRX 100, constavam participantes de grupos de empresas como no caso da Gerdau em que a Metalúrgica Gerdau S.A é um *holding* que é a controlada da Gerdau S.A.

3.3 COLETA DE DADOS

Primeiramente foi realizado o levantamento das empresas que estão incluídas no Índice Brasil (IBrX - 100). Na carteira referente ao quadrimestre de maio a agosto de 2016. O IBrX – 100 é indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Foi excluído da amostra setor financeiro pela particularidade das operações e tratamento contábil em conformidade com as normas do Banco Central. Também os setores de utilidade pública e telecomunicações, desconsiderados devido às especificidades das operações e pelo controle das agências reguladoras, conformes exclusões de estudos anteriores.

Para análise das informações contidas no Formulário 20F, este estudo é baseado na produção científica de Dias, Rodrigues, Colauto (2011) quanto ao nível de evidenciação da parte I, II e III do respectivo Formulário (em anexo). Quanto a identificação da informação divulgada foi atribuído à classificação da tabela 1. A busca destes itens no Relatório 20F foi realizada por meio do uso de palavras e análise sistematizada das informações descritas nos itens de divulgação presentes no formulário.

Tabela 1 - Métrica de classificação da evidenciação de informação

Classificação de evidenciação de informação	Sigla	Pontuação
A evidenciação é plenamente clara	PC	4
A evidenciação está clara, bem apresentada	CL	3
A evidenciação não está plenamente clara, é de forma simples	NPC	2
A evidenciação não está clara, é de forma incompleta	NCL	1
Não se consegue identificar a evidenciação, indecisão	ND	0

Fonte: Adaptado de Freitas e Strassburg (2007).

No tocante a descrição dos controles internos foram analisados pareceres de auditoria independente, por meio das Demonstrações Financeiras submetidas a CVM e o Formulário 20F, submetido à *Securities and Exchange Commission – SEC*, das companhias objeto de estudo. O acesso aos relatórios foi realizado por meio da internet, com a consulta a *home pages* das empresas no período de 2016 e 2017, com intuito de identificar a descrição textual dos auditores externos sobre as práticas de controle interno, haja vista que a partir de 2006 os auditores externos contratados para auditarem as companhias abertas nos Estados Unidos foram obrigados a emitirem um parecer sobre os relatórios de controles internos das organizações que negociam ações naquele país. (SILVEIRA, DUCA e MARIO, 2010). Estudo semelhante foi realizado por estes autores.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA E RELATÓRIO 20F

Primeiramente foi efetuado um mapeamento das produções científicas nos eventos Anpcont, Congresso USP, Enanpad, e também o repositório *cientific Periodicals Electronic Library SPELL*, para os anos de 2007 a 2016, considerando como palavras-chave os seguintes termos: “Formulário 20F”, “Relatório 20F” e “Governança corporativa”.

Com relação ao Anpcont, anos de 2008 e 2009, não foi possível obter os dados destes anos por não estarem disponíveis nos anais do referido congresso. Na base de dados *Spell* foram feitas buscas por ano de publicações, por título utilizando as mesmas palavras-chave mencionadas anteriormente.

Tabela 2 - Produções Científicas relacionadas ao tema de pesquisa

Base de dados	Artigos analisados	Artigos relacionados ao tema
Anpcont	778	173
Congresso USP	1.015	90
Enanpad	4.835	148
<i>Spell</i>	361	361
Total	6.989	772

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De um total de 6.989 artigos analisados, verificou-se um quantitativo de 772 artigos alinhados a governança corporativa, com destaque para o congresso Anpcont com 173 produções. (TABELA 2). No congresso Enanpad, das 11 áreas de pesquisas, foram verificadas produções em 6 delas, escolhas estas por estarem relacionadas a área contábil, observando-se título e posteriormente o resumo da obra: “Administração da informação”, “Contabilidade”, “Estudos organizacionais”, “Ensino e pesquisa em contabilidade”, “Estratégia em organizações e Finanças”.

Tabela 3 - Produção científica no evento Anpcont relacionada ao tema da pesquisa.

Congresso Anpcont	Quantidade de Artigos Submetidos	Governança (a)	Relatório 20F (b)	Governança e Relatório 20F (c)	Total de artigos (a+b+c)
2007	49	7	0	0	7
2008	Não disponível pelo sistema do evento				
2009	Não disponível pelo sistema do evento				
2010	80	9	0	3	12
2011	94	18	0	0	18
2012	96	27	0	0	27
2013	100	16	0	1	17
2014	100	28	0	0	28

2015	118	26	0	1	27
2016	141	36	1	0	37
Total	778	167	1	5	173

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A tabela 3 demonstra o mapeamento da pesquisa sobre governança corporativa e relatório 20F no congresso Anpcont, período de 2007 a 2016. Os dados revelam que de 778 produções científicas no período da análise, 167 artigos trataram sobre governança corporativa, uma (1) produção sobre o relatório 20F e 5 produções sobre Governança relacionado com o relatório 20F. Estes resultados pontuam a tímida produção científica sobre relatório 20F e a relação importante deste relatório com as práticas de governança corporativa (controles internos, riscos, ética, *disclosure*). Estes dados despontam para a necessidade de estudos quanto à evidenciação da qualidade da informação que as companhias divulgam sobre a afinidade entre governança corporativa e relatório 20F.

Tabela 4 - Produção científica no Congresso USP relacionada ao tema da pesquisa.

Congresso Usp	Quantidade de Artigos Submetidos	Governança (a)	Relatório 20F (b)	Governança e Relatório 20F (c)	Total de Artigos (a+b+c)
2007	120	8	0	1	9
2008	84	7	3	0	10
2009	68	3	0	0	3
2010	101	3	1	1	5
2011	104	7	0	0	7
2012	106	5	0	0	5
2013	54	1	0	0	1
2014	134	13	0	1	14
2015	132	16	0	0	16
2016	112	19	1	0	20
Total	1.015	82	5	3	90

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A tabela 4 apresenta o mapeamento da pesquisa sobre o tema da pesquisa, no Congresso USP, período de 2007 a 2016. Os dados demonstram que de 1.015 produções científicas no período da análise, 82 artigos trataram sobre governança corporativa, cinco (5) produções sobre o relatório 20F e três (3) produções sobre Governança relacionada com o relatório 20F.

Tabela 5 - Produção científica no congresso Enanpad relacionada ao tema da pesquisa.

Congresso Enanpad	Quantidade de Artigos Submetidos	Governança (a)	Relatório 20F (b)	Governança e Relatório 20F (c)	Total de Artigos (a+b+c)
2007	516	24	2	1	27
2008	518	6	1	0	7
2009	507	6	0	0	6
2010	464	20	0	0	20
2011	453	17	0	0	17

2012	457	11	0	0	11
2013	414	8	1	0	9
2014	452	11	0	0	11
2015	495	25	1	0	26
2016	559	14	0	0	14
Total	4.835	142	5	1	148

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

A tabela 5, os dados foram resultados do mapeamento da pesquisa realizado no congresso Enanpad, considerando somente as áreas temáticas afins (contabilidade e administração) no período de 2007 a 2016. Os dados demonstram que de 4.835 produções científicas no período da análise, 142 artigos trataram sobre governança corporativa, cinco (5) produções sobre o relatório 20F e uma (1) produção sobre Governança Corporativa relacionado com o Formulário 20F.

Tabela 6 - Produção científica repositório *Scientific Periodicals Electronic Library - Spell*

Repositório Spell	Governança Corporativa
2007	29
2008	29
2009	28
2010	19
2011	32
2012	28
2013	39
2014	57
2015	53
2016	47
Total	361

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A tabela 6 os dados foram resultados do mapeamento da pesquisa realizado no repositório *Scientific Periodicals Electronic Library – Spell* no período de 2007 a 2016. Os dados demonstram que de 361 produções científicas sobre governança corporativa, nenhum trabalho foi alinhado com o relatório 20F.

Pode-se inferir que quanto aos congressos, base de dados da coleta de produção científica, estes estudos são ainda pouco expressivos. Em relação ao repositório *Spell* a identificação em periódicos científicos foram insatisfatórios.

Apesar da quantidade relevante de artigos encontrados sobre o governança corporativa, o que mostra uma preocupação por parte dos pesquisadores em relação evidenciação e divulgação das informações contábeis, apenas 20 estudos foram relacionados com informações presentes no Formulário 20F. Alguns destes estudos são descritos no quadro 3:

Quadro 3: Estudos identificados relacionados ao Relatório 20F

Estudos identificados	Autores
<p>Identificar o nível de aderência das empresas de capital aberto que negociam na Bovespa e Nyse, ano de 2007. A amostra foi composta por 17 empresas e não foram consideradas empresas do setor de telecomunicações, financeiro e utilidade pública visto que, tais setores possuem certas especificidades. Os dados obtidos foram avaliados por meio da análise de conteúdo e como resultado observou-se um baixo nível de aderência entre informações prestadas a Bovespa em comparação com o que é apresentado à Nyse. Também foi verificado que o nível de governança das empresas e seu setor de atuação não tem influência em uma maior evidenciação.</p>	<p>Luciana Alves Rodrigues Warley de Oliveira Dias Romualdo Douglas Colauto (Anpcont 2010)</p>
<p>Identificar a percepção dos auditores e de funcionários de empresas ligados ao exercício do controle interno quanto a aplicação da Lei Lei Sarbanes-Oxley. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de questionários compostos por 29 questões. Constatou-se que tanto os auditores quanto os auditados (funcionários) possuem uma percepção positiva em relação a Lei Sarbanes-Oxley. Também e que variáveis como “cargo”, “área de atuação” e “área de formação” influenciam na percepção dos respondentes.</p>	<p>Duílio Ulhôa Leite Laura Edith Taboada Pinheiro (Anpcont 2015)</p>
<p>Verificar se as demonstrações contábeis dos anos de 2007 e 2008 de empresas que negociam na Bovespa e Nyse apresentaram inconsistências no parecer dos auditores externo com relação a Lei Sarbanes-Oxley e pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). Utilizou-se metodologia empírico-analítica coletando dados do relatório 20-F. Constatou-se uma boa aderência a tais normas bem como consistência pois ter-se um pequeno número de parecer com ressalva sobre controles internos.</p>	<p>Julio Cesar Silveira Anselmo Ferreira Duca Poueri do Carmo Mario (Congresso USP 2010)</p>
<p>Analisar relações entre prática de governança corporativa, qualidade da informação contábil e assimetria informacional por meio de informações divulgadas por companhias abertas brasileiras entre os anos de 2008 e 2012. Constatou-se que no período analisado a maior parte das práticas de governança corporativa não reduziu a assimetria informacional nem aumentou a qualidade da informação.</p>	<p>Kallyse Priscila Soares de Oliveira Edilson Paulo Orleans Silva Martins Wenner Glaucio Lopes Lucena (Congresso USP 2014)</p>
<p>Analisar a relação entre cultura corporativa e desempenho econômico financeiro de empresas da América Latina que negociam na Nyse. A amostra foi composta por 65 empresas e foram analisadas informações contidas no relatório 20-F para o período 2011-2013. Constatou-se que a cultura corporativa está relacionada positivamente com o desempenho econômico financeiro. No entanto não se observa relação positiva entre cultura corporativa e desempenho empresarial.</p>	<p>Alan Diógenes Góis Márcia Martins Mendes De Luca Patrícia Augusto Monteiro Lima (Enanpad 2015)</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

16d- Isenções dos padrões de registro para o Comitê de Auditoria	4	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	42
16e- Descrição de procedimentos relativos a recompra de ações	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	39
Total	21	19	22	21	21	25	24	24	23	23	23	23	23	20	31
%	65,3	59,8	68,5	65,7	65,6	78,3	75,0	75,0	71,8	71,8	71,8	71,8	71,8	62,5	69,6
	3	8	5	3	3	3	0	0	8	8	8	8	8	0	4

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A segunda parte do relatório está relacionada aos direitos dos acionistas, procedimentos de auditoria e código de ética. Os dados revelam um nível de evidenciação de 69,64%. Não obstante, poucas companhias tratavam do conteúdo sobre código de ética apesar das descrições textuais das empresas referenciarem onde encontrá-lo. Somente a EMBRAER S.A. anexou seu código de ética. (TABELA 8).

A variável com divulgação expressiva foi o item 16c que trata dos “honorários de auditoria” e “serviços prestados”, as companhias seguem na mesma métrica de divulgação (pontuação 3), entretanto não há um detalhamento sobre os serviços prestados. A BRF S.A foi à empresa que menos evidenciou obtendo o nível de evidenciação de 59,38%. A empresa que com maior destaque foi a EMBRAER S.A (78,13%).

Na segunda parte do relatório obteve-se o maior nível de divulgação, ou seja, a parte que atendeu melhor ao princípio da governança corporativa relativo a transparência.

Tabela 9 - Formulário 20F-Parte III

EMPRESAS	AMBEV AS	BRF S.A	BRASKEM	COSAN	SID NACIONAL	EMBRAER	FIBRIA	GAFISA	GERDAU	GOL	P.ACUCAR-CBD	PETROBRAS	ULTRAPAR	VALE	TOTAL
17 - Demonstrações contábeis, notas explicativas e Parecer de auditoria	3	3	1	3	3	3	0	4	3	0	1	3	3	0	30
%	75	75	25	75	75	75	0	100	75	0	25	75	75	0	53,57

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Parte das empresas analisadas não anexou seus demonstrativos contábeis no Relatório 20F. Algumas companhias justificavam que esta informação encontrava-se em outras partes do relatório. (TABELA 9).

As empresas que não cumpriram corretamente o item 17 do formulário 20F foram: Fibria Celulose S.A., Gol Linhas Aereas Inteligentes S.A. e Vale S.A. Ao passo que a única empresa que anexou a maior parte de seus relatórios foi a Gafisa S.A. Sendo assim, verifica-se que a terceira parte do relatório é a que possui maior fragilidade, pois seu nível de evidenciação é de apenas 53,57%, o que deixa fragilizado também um dos pilares da governança corporativa que é o da prestação de contas. Contudo isso não significa que as empresas não evidenciam, pois tais relatórios podem ser encontrados separadamente no site da BM&FBOVESPA.

4.3 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica. (NBC – T11 – Resolução CFC – 820/97.). Dessa forma, uma auditoria externa sob a ótica de governança corporativa, favorece a transparência das informações contábeis analisadas por meio de procedimentos específicos e de acordo com o julgamento do auditor, que fará seu exercício pautado pela ética.

Ao longo dos anos, grandes empresas de auditoria se destacaram no cenário mundial, constituindo em 1989 as chamadas *Big Eight*. Na década seguinte, resultado dos processos de incorporações e fusões, atuavam as *Big Five*, até se chegar as *Big Four* da atualidade, representadas pelas empresas: *Deloitte Touche Tohmatsu*, *Ernst & Young*, KPMG e *Pricewaterhousecoopers*. (OLIVEIRA et al, 2016).

Essas instituições foram responsáveis pela auditoria de demonstrações contábeis das empresas do presente estudo, com exceção da empresa Fibria Celulose S.A, cuja auditoria foi realizada em 2016 pela *Baker Tilly* Brasil e no ano de 2017 por BDO RCS Auditores Independentes SS. Como pode ser observado no quadro 4:

Quadro 4 - Pareceres de auditoria submetidos ao Relatório 20F e BM&FBOVESPA

Empresa	Empresa de Auditoria Independente	Demonstrações		Controles internos	
		2016	2017	2016	2017
AMBEV S.A.	Deloitte Touche Tohmatsu	Sem ressalva	Sem ressalva		
BRASKEM S.A.	KPMG	Sem ressalva	Sem ressalva		

BRF S.A.	Ernst & Young	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva
COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	KPMG	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva
CIA SIDERURGICA NACIONAL	Deloitte Touche Tohmatsu	Sem ressalva	Sem ressalva	Adverso	
EMBRAER S.A.	KPMG	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva
FIBRIA CELULOSE S.A.	Baker Tilly Brasil (2016) BDO RCS Auditores Independentes SS (2017)	Sem ressalva	Sem ressalva		
GAFISA S.A.	KPMG	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva
GERDAU S.A.	Pricewaterhousecoopers	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	Ernst & Young	Sem ressalva	Sem ressalva		Sem ressalva
CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	Deloitte Touche Tohmatsu	Sem ressalva	Sem ressalva		
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	Pricewaterhousecoopers	Sem ressalva	Sem ressalva	Adverso	Adverso
ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	Deloitte Touche Tohmatsu	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva
VALE S.A.	KPMG	Sem ressalva	Sem ressalva		

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

De acordo com o quadro 4, houve uma predominância de pareceres sem ressalva relacionados às demonstrações contábeis para os exercícios de 2015 e 2016. Tal condição corrobora com estudos de Oliveira et al (2016) em que, das 100 empresas estudadas, 92 apresentavam pareceres como sendo do tipo sem ressalva. Sendo assim, pode-se inferir que as companhias, devido às exigências do mercado, de regulamentos e de leis, estão se adequando as normas internacionais e nacionais, o que pode trazer como consequência, maior transparência para as suas demonstrações e demais relatórios bem como a prestação de contas, por serem considerados como adequadas em relação às IFRS e demais pronunciamentos e exigências.

Ao analisar pareceres que fizeram parte da coleta de dados, pôde-se observar que estiveram entre os principais assuntos de auditoria: receita de vendas, transações com partes relacionadas, contingências e litígios, valor recuperável de ativo com vida útil indefinida, valor justo de instrumento financeiro, teste anual e recuperação de ágio, investimento de controlada em conjunto, realização de imposto de renda e da contribuição social diferidos, valorização de instrumentos financeiros, continuidade operacional, contas a pagar para penalidades, ativos biológicos mensurados a valor justo, reconhecimento e mensuração de

ativo imobilizado, reconhecimento de receita para setor imobiliário, investigação e processos, tributos sobre o lucro, realização de créditos a recuperar de ICMS e alienação de parte societária. O que mostra uma atenção dos auditores para aqueles valores de contas em que se envolve caráter subjetivo, julgamentos, podendo levar a resultados diferentes, impactando as demonstrações contábeis e consequentemente o olhar de investidores.

Contudo, destaca-se neste estudo informações pontuadas acerca da empresa Petrobrás, pois esta obteve maior número de assuntos analisados pelos auditores. É relatada no parecer de auditoria a deficiência nos controles internos para o exercício de 2015 da empresa, o que foi considerado como um dos motivos para realização de auditoria. Dentre os principais assuntos de auditoria tratados em relação à empresa estão: “Operação Lava Jato”; Ação Coletiva na Corte Federal de Nova Iorque (em que se tinha uma provisão de perda em R\$ 1.215 milhões no resultado de 2016); *impairment* do ativo imobilizado; processos judiciais e contingências; benefícios concedidos a empregados; contas a receber-setor elétrico; distratos e adiantamento de fornecedores e contabilidade e *hedge* de fluxo de caixa.

No âmbito de empresas que estão sob investigação, os pareceres ainda informam sobre a Braskem, também investigada pela “Operação Lava Jato”, sendo confirmados pagamentos indevidos a terceiros pelo período de 2006 a 2014 sem comprovação da contraprestação. A empresa fez Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal, Departamento Of Justice (DOJ), SEC e Procuradoria Geral da Suíça, o que impactam em multa de R\$ 3,1 bilhões de reais. (Informações contábeis da Braskem, 2017).

Casos como esses mostram a fragilidade dos controles internos e como consequência a qualidade da informação contábil da Petrobrás. Vale ressaltar à justificativa mais frequente do auditor externo é que a prática não tem a finalidade de investigação de fraudes e erros, mas, a observância de adequação das demonstrações contábeis em consonância com os normativos a fim resguardar que determinada empresa está livre de distorção relevante.

No entanto, ao se tratar de pareceres de auditoria arquivados no Formulário 20F, estes obedecem aos critérios estabelecidos “*Internal Control - Integrated Framework*” (2013) emitido pelo “*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*” e procedimentos da “*Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB*”, em que se emitem opiniões não só em relação as demonstrações contábeis, mas também aos controles internos.

Em tais relatórios, as empresas objeto deste estudo tiveram boas avaliações por parte dos auditores externos, quanto aos controles internos, foram encontradas fraquezas materiais, na Sid Nacional e na Petrobrás. Desta forma, na Sid Nacional, em auditoria realizada no ano

de 2016 foi apontado que a empresa “não manteve controles internos efetivos sobre transações complexas e incomuns” (Relatório 20F da Sid Nacional, 2016). No caso Petrobrás as fraquezas materiais apontadas são apresentadas no quadro 5:

Quadro 5 - Petrobrás: Fraquezas materiais constatadas

AUDITORIA REALIZADA EM 2016	AUDITORIA REALIZADA EM 2017
FRAQUEZAS MATERIAIS APONTADAS	
Inadequado <i>tone of the top</i> com relação aos controles internos, falha na divulgação dos valores éticos incluídos no Código de Conduta da Companhia e ausência de um programa de denúncias eficientes.	Falha na identificação da necessidade de baixar adiantamentos para empreiteiras e fornecedores que não irão resultar em benefícios econômicos futuros e falha na identificação da necessidade de reconhecer despesas relacionadas ao encerramento desses contratos.
Deficiências relacionadas ao monitoramento da necessidade de reclassificar certos itens do imobilizado de ativos em construção para imobilizado concluído.	Deficiências em operações de controle relacionadas aos procedimentos de concessão de acesso e análises de segregação de funções relacionados aos processos de negócios.
Falha na identificação da necessidade de baixar adiantamentos para empreiteiras e fornecedores que não irão resultar em benefícios econômicos futuros e falha na identificação da necessidade de reconhecer despesas relacionadas ao encerramento desses contratos.	Deficiências relacionadas à totalidade de participantes e precisão da informação individual gerada para cálculo do passivo atuarial.
Deficiências relacionadas com a revisão das mudanças de determinados agrupamentos de ativos de exploração e produção como Unidades Geradoras de Caixa (UGC), sua conformidade com o IFRS e mudanças em circunstâncias que afetaram a maneira como certas UGCs geram fluxos de caixa.	Deficiências relacionadas ao monitoramento da avaliação de determinados ativos de planos de pensão administrados pela Petrobrás
Falha no monitoramento tempestivo das possíveis alterações nos parâmetros de controles do ambiente de sistemas de gestão empresarial (ERP), os quais são utilizados para dar suporte aos controles internos relacionados à revisão e aprovação dos lançamentos manuais no livro diário, e deficiências no desenho dos controles internos sobre a revisão e aprovação dos lançamentos manuais no livro diário.	
Deficiências em operações de controle relacionadas aos procedimentos de concessão de acesso e análises de segregação de funções relacionados aos processos de negócios.	
Deficiências relacionadas aos controles de captura e registro dos processos judiciais, dos quais a Companhia é parte, nos sistemas de monitoramento interno, à totalidade das contingências legais e à precisão da classificação da possibilidade de perda das contingências como provável, possível e remota.	
Deficiências relacionadas à totalidade de participantes e precisão da informação individual gerada para cálculo do passivo atuarial.	

Fonte: Relatório 20F da Empresa Petrobrás.

Segundo estudo de Shimabuku e Perera (2017) as falhas dos controles antifraudes da Petrobrás foram as principais causas da desvalorização da empresa, pois não detectaram nem

previram os casos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato. Estudos relacionados sugerem que é provável que estas falhas tenham ocorrido por interferência da Administração da companhia.

Desta forma, resultados apresentados por esse estudo mostram que controles antifraudes da empresa não impediram casos de corrupção, apesar de estarem desenhados de acordo com práticas de governança corporativa aceitas pelo mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar as informações contábeis descritas no relatório 20F, identificando as práticas de governança corporativa das companhias que compõem a carteira de ações do Índice Brasil – (IBrX – 100). Primeiramente foi realizado um mapeamento das produções científicas sobre governança corporativa e sobre o relatório 20F, a fim de identificar os estudos sobre o tema em questão. Houve um corte temporal de dez anos tendo como base de dados Repositório *Scientific Periodicals Electronic Library – Spell*, Anpcont, Congresso USP e Enanpad. Constatou-se que pouco se tem estudado o Relatório 20F com um total de apenas 20 trabalhos que trata sobre o tema. A amostra do estudo compõem das companhias carteira IBRX-100 sendo que apenas 14 das empresas emitiram o relatório 20F.

Por meio da produção científica nos eventos analisados despontam para a necessidade de estudos quanto à evidenciação da qualidade da informação que as companhias divulgam sobre relação entre governança corporativa e relatório 20F. Pode-se inferir que quanto aos congressos, base de dados da coleta de produção científica, estes estudos são ainda pouco expressivos. Em relação ao repositório *Spell* a identificação em periódicos científicos foram insatisfatórios. De 6.989 produções científicas analisadas apenas 20 estudos foram identificados com as informações presentes sobre relatório 20F.

Quanto à evidenciação das informações do Relatório 20F os resultados mais expressivos foram as variáveis relacionadas à atividade da empresa, ramo, fatores de riscos, honorários de auditores e serviços prestados. Itens com menores descrições estavam relacionadas às demonstrações contábeis consolidadas. Importante destacar que parte das empresas analisadas não anexou às demonstrações contábeis no relatório 20F. No geral os itens de divulgação analisados foram pontuados pelo pesquisador com a métrica de evidenciação 3 que trata da informação clara e bem apresentada. A segunda parte do relatório obteve-se o maior nível de divulgação, ou seja, a parte que atendeu melhor ao princípio da Governança Corporativa relativo a transparência com um nível de evidenciação de 69,64%.

No tocante aos pareceres de auditoria analisados, das 14 empresas estudadas, apenas duas, sendo elas, a Sid Nacional e a Petrobras, apresentaram fraquezas materiais em seus controles internos. Na primeira, a fraqueza estava relacionada as transações complexas e incomuns. E na segunda, a Petrobras, se obteve o maior número de assuntos tratados quanto nos pareceres anexado na BMF&BOVESPA como também no maior quantidade de fraquezas materias apontados pelo parecer de auditoria anexado no Relatório 20F.

Como limitação deste trabalho tem-se que no período da coleta, nem todas as empresas submeteram o relatório 20F do ano de 2017, o que acabou gerando a análise dos relatórios do ano anterior, outra limitação é o tamanho amostra que foi composta por apenas 14 empresas listadas na BM&FBOVESPA de acordo com a carteira IBRX 100. Sugere-se ampliar a amostra e fazer um comparativo dos relatórios 20F das empresas numa análise horizontal a fim de verificar ao longo dos anos como as empresas estão se comportando quanto à evidenciação de suas informações.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

CICOGNA, M.P.V. governança corporativa como sinalização: Benefícios para o financiamento das empresas de mercado de capitais. 2007. 160f. Dissertação de mestrado, faculdade de economia, administração e contabilidade de Ribeirão preto, USP, Ribeirão Preto, 2007.

DIAS, W. O.; RODRIGUES, L. A.; COLAUTO, R. D. Evidenciação de informações financeiras nos Formulários 20-F. Revista Universo Contábil, v. 7, n. 1, p. 6-19, 2011.

EUFURTH, A. E.; BEZERRA, F. A. Gerenciamento de resultados nos diferentes níveis de governança corporativa. Revista de Administração e contabilidade da Unisinos 10(1): 32-42 jan/mar 2013.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Tradução: Sandra Regina Netz. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBALRI . Informações Obrigatórias – Brasil e Eua. Disponível em <http://globalri.com.br/eng/download/forum/jan_04_informacoes_obrigatorias.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2017

LEITE, Duílio Ulhôa; Pinheiro, LAURA Edith Taboada. Percepção de auditores independentes e auditados sobre a aplicação da Lei Sarbanes-Oxley nos controles internos, Anpcont, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002. 21-22 p

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 25-47, jul./set. 2008.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. Teoria da Contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Robson Ramos et al. perfil dos relatórios de auditoria independente em uma amostra de organizações não financeiras listadas na BM&FBOVESPA. XIII SEGeT, 2016.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. in: BEUREN, I. M (Org.). Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. São Paulo, Atlas, 2009.

RICHARDSON, R.J et al. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SHIMABUKU, Fabiano Augusto Akiyama; Perera, Luiz Carlos Jacob. Influência da Operação Laja Jato na Sustentabilidade da Petrobras. VI SINGEP, V ELBE, 2017.

SILVA, k.L.; OLIVEIRA, M.C.; MENDES DE, M.M.; ARAUJO, O. C. A Implementação dos Controles Internos e do Comitê de Auditoria Segundo a Lei SOX: O Caso Petrobras. Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 39-63, jul./set. 2009.

SILVEIRA, A.Di.M. Governança corporativa no Brasil e no Mundo: Teoria e prática. RJ: Campos, 2010.

SILVEIRA , Julio Cesar; DUCA, Anselmo Ferreira; MARIO, Poueri Do Carmo. Um estudo dos impactos nos disclosure das empresas brasileiras que negociam suas ações na Nyse, quanto às exigências trazidas pela lei Sarbanes-Oxley. Congresso USP, 2010.

VIEIRA, Maria das Graças. O papel da contabilidade no processo da governança corporativa. Revista Mineira Contabilidade, Minas Gerais, p. 17 jan/mar 2009.

**APÊNDICE A – PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE GOVERNANÇA E
RELATÓRIO 20F NOS EVENTOS CONTÁBEIS**

Congresso	Ano	Título	Autores
Anpcont	2010	EVIDENCIAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS EXECUTIVOS NAS MAIORES EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BOVESPA	Júlio Orestes da Silva Ilse Maria Beuren
Anpcont	2010	EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS: ESTUDO DO NÍVEL DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS NOTAS EXPLICATIVAS AO FORMULÁRIO 20-F	Luciana Alves Rodrigues Warley de Oliveira Dias Romualdo Douglas Colauto
Anpcont	2010	ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS BASEADA EM ACIDENTES AÉREOS: HÁ RETORNOS ANORMAIS?	Marcos Rosa Costa
Anpcont	2013	DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL PARA COMPANHIAS ABERTAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	Rodrigo Fernandes Malaquias
Anpcont	2015	PERCEPÇÃO DE AUDITORES INDEPENDENTES E AUDITADOS SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI SARBANES-OXLEY NOS CONTROLES INTERNOS	Duílio Ulhôa Leite Laura Edith Taboada Pinheiro
Anpcont	2016	CULTURA CORPORATIVA CRIATIVA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA INTANGIBILIDADE, DO DESEMPENHO E DOS ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E INSTITUCIONAIS NAS EMPRESAS LISTADAS NA BOLSA DE NOVA IORQUE NÃO SEDIADAS NOS EUA	Márcia Martins Mendes De Luca Paulo Henrique Nobre Parente Emanoel Mamede Sousa Da Silva Jessiane de Queiroz da Silva
Congresso USP	2007	ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AVANÇADAS E NÃO-OBRIGATÓRIAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS DE 2002 E 2005	Vera Maria Rodrigues Ponte Marcelle Colares Oliveira Héber José de Moura
Congresso USP	2008	ANÁLISE COMPARATIVA DO IAS 36 E SFAS 144 E SEUS IMPACTOS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DAS EMPRESAS EUROPÉIAS COM REGISTRO NA SEC EM 2005	Bruno Alexandre Cruz
Congresso USP	2008	US GAAP X NORMAS CONTÁBEIS DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA: HÁ DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS NO VALOR DO LUCRO REPORTADO PELAS EMPRESAS COM ADRS NA NYSE?	Joanilia Neide de Sales Cia Edilene Santana Santos Josilmar Cordenonssi Cia
Congresso USP	2008	EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL: UMA COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO ENTRE OS RELATÓRIOS DE EMPRESAS BRASILEIRAS	Alex Mussoi Ribeiro Hans Michael Van Bellen
Congresso USP	2010	IMPACTOS DOS AJUSTES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APRESENTADAS AO MERCADO AMERICANO NOS PREÇOS DE AÇÕES DE EMPRESAS BRASILEIRAS QUE NEGOCIAM ADR'S	Fabiana Lucas de Almeida Julio Cesar Silveira Wagner Moura Lamounier
Congresso	2010	UM ESTUDO DOS IMPACTOS NOS DISCLOSURE	Julio Cesar Silveira

USP		DAS EMPRESAS BRASILEIRAS QUE NEGOCIAM SUAS AÇÕES NA NYSE, QUANTO ÀS EXIGÊNCIAS TRAZIDAS PELA LEI SARBANES-OXLEY	Anselmo Ferreira Duca Poueri do Carmo Mario
Congresso USP	2014	GOVERNANÇA CORPORATIVA, ASSIMETRIA E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO MERCADO BRASILEIRO DE CAPITAIS	Kallyse Priscila Soares de Oliveira Edilson Paulo Orleans Silva Martins Wenner Glaucio Lopes Lucena
Congresso USP	2016	CULTURA CORPORATIVA CRIATIVA, INTANGIBILIDADE E SEUS EFEITOS NO DESEMPENHO DAS EMPRESAS NÃO SEDIADAS NOS EUA LISTADAS NA NYSE	Márcia Martins Mendes de Luca Paulo Henrique Nobre Parente Emanoel Mamede Sousa da Silva Ravena Rodrigues de Sousa
Enanpad	2007	REMUNERAÇÃO EXECUTIVA, DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO E A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DE EMPRESAS BRASILEIRAS	Marcos Antônio de Camargos Diogo Henrique Helal
Enanpad	2007	US GAAP X NORMAS BRASILEIRAS: HÁ DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS NO VALOR DO LUCRO REPORTADO PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS COM ADRS NA NYSE?	Edilene Santana Santos Joanília Neide Sales Cia Josilmar Cordenonssi Cia
Enanpad	2007	ANÁLISE DO CONTEÚDO INFORMACIONAL DO RESULTADO CONTÁBIL EM US-GAAP: UM ESTUDO DE EVENTO CM COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS QUE NEGOCIAM ADRS NA BOLSA DE NOVA IORQUE	Marília Nascimento Fábio Moraes da Costa Alexsandro Broedel Lopes Luiz Claudio dos Santos Pereira Ivone Luiz Gonçalves
Enanpad	2008	ESTUDO EMPÍRICO SOBRE O COMPORTAMENTO DO RETORNO E DA LIQUIDEZ MÉDIA DAS AÇÕES NO MERCADO ACIONÁRIO BRASILEIRO DAS EMPRESAS QUE EMITIRAM ADRS NA NYSE E DAS QUE ADERIRAM AO NOVO MERCADO	Lóren Cristina Neves Sirlei Lemes
Enanpad	2013	ASSOCIAÇÃO ENTRE A REMUNERAÇÃO OFERECIDA AOS GESTORES E O DESEMPENHO ECONÔMICO DAS EMPRESAS DA AMÉRICA LATINA	Monica de Oliveira Costa Aridelmo José Campanharo Teixeira Fernando Caio Galdi
Enanpad	2015	CULTURA CORPORATIVA E DESEMPENHO EMPRESARIAL NA AMÉRICA LATINA	Alan Diógenes Góis Márcia Martins Mendes De Luca Patrícia Augusto Monteiro Lima

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

ANEXO A – INFORMAÇÕES DESCRITAS NO FORMULÁRIO 20F

Informações que devem ser divulgadas	
	Item 1 - identidade dos conselheiros
	Item 2 - estatística de oferta e cronograma esperado;
	Item 3 - Informações sobre a condição financeira da companhia, captação de recursos e fatores de risco;
	Item 4 - dados sobre o negócio da empresa, incluindo produtos, serviços, propriedades, plantas em operação e em construção, e fatores que afetam o negócio;
	Item 5 - Dados da administração sobre fatores que afetaram a condição financeira e os resultados operacionais da empresa no período das demonstrações contábeis, bem como a avaliação gerencial de fatores e tendências com previsão de afetarem a situação financeira e resultado em períodos.
	Item 6 - dados sobre a qualificação e experiência de diretores e conselheiros, bem como sua relação com a empresa e funcionamento dos conselhos. Além, disso, informações de fundos de pensão, planos de opção de ações e informações sobre empregados;
	Item 7 - dados sobre acionistas majoritários ou que possam controlar a companhia e transações com partes relacionadas;
	Item 8 - informações sobre as demonstrações contábeis consolidadas que constam do relatório, períodos cobertos e data das demonstrações;
	Item 9 – informações detalhadas sobre oferta e listagem de ações;
	Item 10 - informações relevantes não cobertas em outras partes do relatório, especialmente de natureza estatutária;
	Item 11 - dados quantitativos sobre o risco do mercado, como risco de taxa de juros, risco cambial, evolução do preço de <i>commodities</i> , quando aplicável;
	Item 12 - informações detalhadas sobre outros títulos, como garantias e direitos.
Segunda parte do formulário 20F	
	Item 13 – Inadimplência
	Item 14 - modificações substanciais nos direitos dos acionistas e no uso dos recursos.
	Item 15 - informações sobre controles e procedimentos internos, certificado do auditor independente e mudanças nos controles internos sobre demonstrações contábeis;
Item 16	Item 16a - se as empresas possuem especialistas financeiros no Comitê de Auditoria ou do Conselho Fiscal;
	Item 16b – código de ética e conduta aplicável aos diretores executivos e quaisquer funcionários que desempenham funções relevantes relacionadas à preparação dos relatórios financeiros
	Item 16c – honorários dos auditores independentes e serviços prestados por eles nos dois últimos anos fiscais;
	Item 16d – isenções dos padrões de registro para o Comitê de Auditoria;
	Item 16e – Descrição de procedimentos relativos a recompra de ações, quando aplicável.
Terceira parte do formulário 20F	
São apresentados as demonstrações contábeis em si, juntamente com as Notas Explicativas e Parecer da Auditoria.	

Fonte: Adaptado do modelo do Formulário 20F